

Tradução

# MUDANÇA CULTURAL ENTRE IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL, NO VALE DO RIBEIRA DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

Emilio Willems e Herbert Baldus

Tradução de Gustavo T. Taniguti\*

Revisão técnica de Mario Antonio Eufrazio\*\*

\*\*\*[525]

## A COLONIZAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA

Em 1908, a imigração japonesa para o Brasil teve início. Até 1909, apenas oitocentos e vinte e cinco japoneses entraram no Estado de São Paulo, que absorveu quase a totalidade desse tipo de imigrantes orientais. Seu número cresceu rapidamente e, de 1910 a 1914, quatorze mil, quatrocentos e sessenta e cinco japoneses se estabeleceram em diferentes regiões desse Estado. O município de Iguape concedeu a eles cerca de dois mil e cem acres de terra próximos a Jepuvura. Em pouco tempo, a vila de Katsura foi fundada, sendo a mais antiga colônia japonesa do Vale do Ribeira. O governo do Estado de São Paulo acrescentou mais cento e vinte e três mil acres, e sessenta e um mil e setecentos acres foram adquiridos pela companhia de colonização Kaigai. Dessa forma, outras duas colônias foram estabelecidas no Ribeira – Registro e Sete Barras.

O Vale do Ribeira está situado na parte sul do Estado brasileiro de São Paulo. A área total da colonização japonesa nessa região se estende de 24° a 25° de lati-

---

1 Originalmente publicado sob o título “Cultural change among Japanese immigrants in Brazil in the Ribeira Valley of São Paulo”. *Sociology and Social Research*, v. 26, n. 6, p. 525-537, jun. 1942.

\* Universidade de São Paulo e Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

\*\* Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

\*\*\* Nota: A paginação original é indicada entre colchetes.

tude sul e de 47° a 48° de longitude oeste. De Sete Barras ao oceano, há grandes extensões de planícies que dispõem de bons recursos hídricos. Com exceção da faixa arenosa da costa, elas são adequadas para o cultivo de arroz e banana. As terras mais altas em torno de Registro e aquelas rio acima são mais ricas, porque suas possibilidades agrícolas são mais numerosas.

Essas terras também estão localizadas tão perto do nível do mar que a temperatura é quase intolerável, durante os meses de verão. Por isso e em virtude da malária, os [526] europeus se mantiveram afastados, exceto em locais longe do rio, onde poloneses e italianos se estabeleceram, na colônia de Pariquera, organizada pelo governo. Entretanto, o perigo da malária existe apenas em lugares abrigados de vento e próximos a águas paradas. Os imigrantes japoneses não sofrem tanto dessa e de outras doenças como a população rural brasileira, pois prevenção e tratamento organizados são mais comuns e eficientes entre os japoneses. Além disso, esses imigrantes viveram, desde muitas gerações, em terras úmidas, onde cultivam arroz em temperaturas elevadas. Assim, eles são mais adaptados para se estabelecer no Vale do Ribeira do que homens de outras origens.

Segundo o Censo de 1934, em três prefeituras do Vale, o número total de japoneses nascidos no exterior e que ali se estabeleceram era de quatro mil, seiscentos e quarenta e oito. Os imigrantes vieram não apenas do Japão, mas também de outras colônias japonesas no Brasil. Alguns imigrantes retornaram para o Japão e outros foram para colônias no interior de São Paulo. Fomos informados de que há, atualmente, vinte e nove famílias de origem japonesa em Katsura, quatrocentas e trinta em Registro e apenas noventa em Sete Barras. Além da geração mais antiga nascida no exterior, há uma segunda, nascida no Brasil, e muitas crianças são de terceira geração.

Os colonos vieram de regiões bastante diferentes de seu país de origem. O governo japonês exerceu um rigoroso controle sobre o movimento de emigração. Apenas aqueles camponeses que prometeram usar vestimentas ocidentais e abandonar o xintoísmo e o budismo como forma de culto público foram admitidos. Aqueles que não possuíam conhecimento agrícola tiveram de ser instruídos um ano antes de obter permissão para emigrar. O único monge budista de toda a região nos informou que não foi autorizado a ir para o Brasil como monge, mas somente como camponês. Isso era exigido pelo próprio governo japonês, e, mesmo hoje em dia, esse homem, bastante instruído em teologia, cultivava sua terra como um simples camponês, em circunstâncias bastante pobres. [527]

## EVIDÊNCIAS DE MUDANÇA CULTURAL

*Vestuário.* As sandálias de palha usadas no Japão podem ser encontradas em muitas lojas de Registro. Elas são bastante baratas (cinco centavos o par) e são usadas não apenas por imigrantes, mas também por alguns brasileiros. Em relação ao uso dos calçados de couro ocidentais, os japoneses do Vale do Ribeira se diferenciam da maioria da população brasileira da região, os caboclos descalços. Os calçados japoneses (*geta*) com solas altas de madeira foram encontrados apenas em uma residência, e apenas como recordação. O vestuário é quase totalmente ocidental. Dizem que algumas mulheres ainda vestem uma espécie de quimono, no interior de suas residências, como robe. Quando há um festival escolar com danças ou peças teatrais, as mães japonesas confeccionam pequenos quimonos e outras vestimentas japonesas especialmente para o papel de suas crianças no festival. As largas faixas do vestuário que cruzam o tórax das mães para apoiar o bebê em suas costas podem ser consideradas também como parte da vestimenta. As garotas, mesmo da terceira geração, carregam suas bonecas da mesma forma. Algumas mulheres brasileiras de classes mais baixas imitam essa técnica de carregar os filhos, que lhes permite trabalhar e andar com a criança nas costas.

*Casas e mobília.* Por causa das grandes dimensões do Brasil, as concepções de grande e pequeno são diferentes daquelas em vigor no Japão ou mesmo na maioria dos países europeus. No Brasil, o colono geralmente possui áreas tão grandes de floresta e de terra cultivável que as famílias tendem a ficar isoladas umas das outras por grandes distâncias. Aqui, colônias dispersas são mais comuns, enquanto no Japão esses colonos moravam em aldeias e pequenas cidades. Registro é o único município em que a pequena classe alta e a um pouco mais numerosa classe média são compostas por comerciantes e artesãos japoneses.

As casas<sup>2</sup> dos colonos japoneses são bem diferentes umas das outras. Há casas de pessoas ricas e pobres, [528] com traços arquitetônicos trazidos do Japão ou incorporados de estilos brasileiros. Assim como em outros lugares no Brasil, um grande número de casas da região possui paredes de barro. Muitos japoneses adotaram essa técnica, mas misturam o barro com palha de arroz. Colonos prósperos adicionam areia e cal. No entanto, quase todas as casas de imigrantes possuem paredes cuidadosamente aplainadas, e a estrutura de madeira é mais bem feita do que na casa dos caboclos.

---

2 Consultar Herbert Baldus e Emilio Willems, “Casas e túmulos de japoneses no Vale do Ribeira de Iguape”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 77, 1941.

A preferência pela estrutura de madeira foi trazida da terra natal, mas, no Japão, as paredes são feitas de papel e são móveis. No Brasil, esse traço cultural foi abandonado por causa da voracidade de certos insetos. No novo país, os terremotos são desconhecidos, e as paredes podem ser construídas de pedra e tijolo. Há apenas seis anos, olarias foram construídas, e, no presente momento, poucas casas são feitas desse material. Contudo, mesmo as paredes rebocadas ou de barro são mais pesadas do que as de papel, e, por essa razão, a estrutura tem que ser muito mais forte, especialmente em casas com dois ou três andares.

O pequeno *hall* de entrada (*genkan*), onde os japoneses deixam seus sapatos antes de entrar em casa, foi encontrado somente em uma residência. Porém às vezes eles deixam seus sapatos na escada, antes de caminhar sobre os brilhantes pisos polidos dos quartos, no primeiro andar.

Poucas famílias ainda mantêm o *tokonoma*, um espaço que ocupa o lugar de honra do melhor aposento da casa rural japonesa. Com o desaparecimento do xintoísmo, o *tokonoma* também se tornou raro. Nós o encontramos somente em uma casa do distrito rural, no entanto, sem símbolos xintoístas, com exceção de uma fotografia do casal imperial. Próximo ao *tokonoma*, havia outro espaço, mas ele não representava, como de costume, o *butsudan*, uma espécie de altar doméstico budista. Esse espaço estava vazio, e o proprietário da casa, um japonês nascido no exterior, informou-nos que ele pretendia usá-lo como guarda-louças. Nessa casa, o *butsudan* estava no quarto. Não era uma obra de [529] arte, como geralmente é no Japão rural, mas um armário pequeno, pouco atraente, colocado em uma caixa comum, em um canto do quarto. Sua prateleira continha flores murchas, uma vela, incensos, um pequeno prato de oferendas de arroz e chá, um rolo de seda com a imagem de Buda e a tabuleta dos ancestrais com o nome da dona da casa escrito nela. Essa tabuleta, em frente da qual as crianças rezam todos os dias para sua falecida mãe, não era cortada tão cuidadosamente ou pintada com tão bom gosto como as tabuletas que alguns imigrantes trouxeram de sua terra natal. A técnica descuidada usada na confecção das tabuletas dos ancestrais no Brasil mostra o começo da desintegração desse traço significativo da cultura japonesa.

O *butsudan* pode ser encontrado também em famílias japonesas que adotaram a fé católica, mas, nesses casos, é geralmente resultado do sincretismo religioso em que elementos culturais católicos e budistas se fundiram. Em algumas casas rurais de Registro e Jepuvura, havia, em vez de tabuletas de ancestrais, fotografias de falecidos membros da família, juntamente com a estátua de Cristo, imagens de santos, velas e flores.

A mobília japonesa desapareceu quase inteiramente. Nas casas visitadas, às vezes, constavam menos móveis do que nas casas brasileiras do mesmo *status* econômico, mas eram sempre do mesmo tipo. Geralmente, há somente uma sala, usada tanto para fazer refeições como para receber visitas. Somente em uma casa foi possível notar uma colcha japonesa (*futon*), que estava no assoalho, próximo a várias camas de tipo ocidental padronizado. Na quase inacessível vila de Perou-pava, os japoneses usam essas camas, mas, em qualquer lugar e a qualquer hora do dia, nós as encontramos da mesma forma que foram deixadas de manhã. Parece que os imigrantes aderiram ao artefato, mas não ao padrão de comportamento correspondente.

Quase todas as famílias japonesas possuem a banheira de madeira (ofurô), que algumas vezes é mantida a céu aberto e, em outras vezes, em uma sala especial, dentro ou fora de casa. [530]

*Condições econômicas.* A maioria dos imigrantes japoneses do Vale do Ribeira chegou com pouco ou nenhum capital. No presente momento, seu nível econômico médio está consideravelmente acima do da população rural brasileira da mesma região. Alguns poucos se tornaram prósperos ou mesmo ricos. Quase todos se tornaram proprietários de terras, logo após sua chegada, mas as áreas cultivadas são comparativamente menores. A maior fazenda japonesa do Vale possui setecentos e vinte acres, dos quais apenas cento e trinta e três estão sendo cultivados.

Os principais produtos agrícolas são o chá da China, casulos de seda, arroz, café e banana. No presente momento, o cultivo de bichos-da-seda e de chá ocupam os primeiros lugares entre as atividades agrícolas. Há três safras de casulos anualmente, enquanto no Japão somente uma pode ser obtida. O arroz é semeado, e não transplantado, como no Japão. Várias ferramentas e máquinas utilizadas na plantação do arroz foram adotadas e aceitas pelos brasileiros. O arroz é semeado por uma máquina especial e colhido com uma foice (*kama*), ambos desconhecidos em outras partes do Brasil. Os japoneses também introduziram um cavalete de madeira para a debulha do arroz e uma espécie de ventilador para separar os grãos da palha.

O chá do tipo chinês é cultivado em pequenas plantações por trabalhadores diaristas que, com raras exceções, são caboclos brasileiros. Toda a técnica de preparo do chá para a comercialização foi transplantada do Japão com máquinas especiais, e especialistas da área agrícola vieram para supervisionar e aconselhar a maioria das vinte e três fábricas de chá do Vale, que são todas, com exceção de uma, de propriedade dos japoneses.

Alguns tipos de cereais e legumes cultivados no Brasil foram adotados pelos imigrantes do Vale do Ribeira. Cultivam-se feijão preto, milho, mandioca, tabaco e cana-de-açúcar. A destilação de cachaça, o rum brasileiro, feito da cana que cresce facilmente e de enorme tamanho, é bastante comum entre japoneses. O equipamento técnico das destilarias segue os padrões brasileiros, em todos os seus detalhes. [531]

Os animais domésticos mais comuns são cavalos, porcos e galinhas. Camponezes japoneses a cavalo, certamente uma visão rara no Japão rural, são vistos por toda a parte, no Vale do Ribeira. Os imigrantes adotaram esse traço cultural do Brasil rural, com todos os seus acessórios. Quase todos os japoneses da região do Ribeira possuem pequenas carroças, com duas ou quatro rodas, puxadas por um ou dois cavalos. A carroça de duas rodas é exatamente como a brasileira mais comum, enquanto o outro tipo, com quatro rodas, foi importado do Estado sulista de Santa Catarina, onde foi usado pela primeira vez por imigrantes alemães. Atualmente, há cento e oitenta e seis carroças desse tipo em Registro, e quase todas elas foram feitas por carpinteiros japoneses.

Apesar das estradas ruins que prevalecem nessa região e até mesmo na cidade de Registro, bicicletas são utilizadas em maior grau do que em outras áreas rurais do Brasil. Além de um ou dois comerciantes que têm automóveis, apenas seis japoneses são proprietários de caminhões. O agricultor de chá mais rico de Registro usa uma bicicleta para ir à cidade. A escassez de automóveis se deve principalmente ao fato de que sua aquisição e utilização são muito caros no Brasil.

Os japoneses educados na terra natal não são capazes de resolver as mais simples contas aritméticas sem o *soroban*, a máquina de calcular japonesa. Os japoneses de primeira ou segunda geração que frequentaram as escolas brasileiras não sabem mais como utilizar esse instrumento popular, que é encontrado em muitas casas de imigrantes do Vale do Ribeira.

Registro possui vinte e cinco lojas, das quais vinte e uma são de propriedade de japoneses que eram, antigamente, com poucas exceções, pequenos agricultores. As sociedades cooperativas, que, em grande medida, controlam as atividades agrícolas no Japão, fracassaram no Vale do Ribeira. Existe uma em Registro que, em virtude da falta de capital, não se desenvolveu. Os japoneses de Jepuvura transformaram sua sociedade cooperativa em uma [532] empresa varejista. Uma organização similar de Sete Barras faliu e foi dissolvida. Para todas as perguntas relativas às atividades cooperativistas, os colonos responderam que havia pouca ou nenhuma vantagem em ser membro desse tipo de organização. Alguns disseram que os lucros dos não cooperados eram muito maiores.

*Alimento.* O prato mais importante das residências japonesas do Vale do Ribeira é o arroz. Contudo, nas residências brasileiras nativas, também não há refeição sem arroz. A maioria dos japoneses ainda prepara o arroz como em sua terra natal, sem sal ou gordura. Outras formas de preparo do arroz também foram preservadas. Farinha de arroz e água são cozidos juntos, formando um mingau pegajoso. Após resfriado, é cortado em fatias, frito e servido com açúcar e *shoyu*. O arroz japonês (*moti*) é importado da terra natal, mas usado apenas para preparar bolos. Além de vários tipos de feijão oriental utilizados geralmente para fazer bolos e biscoitos, o consumo de feijão preto pelos imigrantes, um dos pratos nacionais brasileiros, já é considerável. *Shoyu*, o molho japonês, ainda é bastante popular e agora está sendo fabricado em São Paulo.

*Organização familiar.* Parece que a proporção entre os sexos tem sido normal durante o período inicial de colonização do Vale do Ribeira. Não há evidências de prostituição ou concubinato. O número de casamentos entre parentes é muito pequeno. Em Registro, que é o centro mais urbanizado no Vale, houve somente quatro casamentos entre homens japoneses e mulheres brasileiras, desde o início da colonização. Os pais japoneses se opõem veementemente a essas uniões, especialmente quando eles são desejados por suas filhas.

A razão principal para o número reduzido de casamentos mistos é que a população rural dessa região ocupa um *status* muito mais abaixo do que a média dos colonos japoneses. Há ao menos duas vezes mais caboclos brasileiros do que imigrantes japoneses nessa parte do Vale do Ribeira. Onde os contatos [533] são frequentes, os caboclos analfabetos e descalços são geralmente trabalhadores diaristas nos campos, nas docas e nas fábricas. Portanto, quando ocorre o casamento misto, é uma indicação de perda de *status* social para o imigrante japonês ou seus filhos nascidos no Brasil. Mesmo em Registro, a classe média, com poucas exceções, é composta por comerciantes e funcionários japoneses. A escassez de pessoas brasileiras aceitáveis para casamento de mesmo nível econômico e educacional resulta no desenvolvimento de padrões endogâmicos que são aceitos pela geração nascida no Brasil. A única objeção expressa pelos japoneses para os casamentos mistos é que a população rural brasileira possui níveis econômicos e educacionais mais baixos.

A influência decrescente do sistema patriarcal de organização familiar permite maior liberdade na seleção de parceiros para casamento. Uma mãe japonesa, em Registro, que tentou forçar sua relutante filha a se casar contra a própria vontade enfrentou não apenas a evidente revolta da filha, mas também atitudes hostis dos vizinhos. Irrompeu uma disputa no dia do casamento, e a cerimônia não foi

realizada. A opinião pública na comunidade imigrante se opõe a essas uniões forçadas, e a Igreja Católica insiste no direito dos filhos de escolher seus parceiros livremente. Contudo, em Registro, a escolha do marido raramente produz conflito entre as moças japonesas e seus pais. Elas geralmente lhes obedecem sem objeções. A instituição do *nakaudo* (casamenteiro) é conservada nessa região. As cerimônias de casamento são muito mais simples do que no Japão. O banquete ocorre apenas no dia do casamento, e as visitas às casas dos amigos e parentes têm sido abandonadas.

Em 1938, as escolas japonesas foram fechadas, e toda a organização comunitária foi dissolvida ou adaptada às leis brasileiras. Mais tarde, os sintomas da desorganização comunitária [534] aumentaram constantemente. Crianças anteriormente obrigadas a frequentar as escolas brasileiras e japonesas, uma de manhã e outra à tarde, ficaram muito satisfeitas quando essa carga de trabalho escolar foi reduzida. O uso da língua portuguesa se tornou cada vez mais comum. Em Registro, as crianças raramente são ouvidas falando japonês. Os professores, nas escolas, estimulam o uso do idioma português, e, de acordo com o diretor da Escola Primária de Registro, qualquer aluno que acidentalmente use uma palavra ou expressão japonesa é imediatamente informado aos professores por seus colegas de escola. Mesmo nas zonas rurais, notou-se, por toda a parte, que as crianças e os adolescentes falam o português sem sotaque, enquanto o uso da língua portuguesa por parte de seus pais era geralmente pobre. Assim, as conversas familiares são muitas vezes exercidas em dois idiomas: os pais falam japonês, e as crianças respondem em português. Às vezes, os pais não entendem as conversas de seus filhos, e estes preferem o português, a fim de esconder o fato de que estão falando de certos assuntos muito diferentes da cultura do mundo velho, representado pela geração nascida no exterior. De acordo com o vigário católico, alguns pais se queixam da distância social que se desenvolveu entre seus filhos e eles. A punição é rara nessas famílias, e a única sanção usada pelos pais é um apelo aos jovens para não envergonhar suas famílias e a terra natal. No entanto, em alguns casos, esses apelos são desconsiderados.

*A organização da comunidade.* A colonização japonesa no Vale do Ribeira foi realizada de forma organizada. A Companhia Kaigai comprou o terreno e o vendeu aos imigrantes que haviam sido cuidadosamente selecionados na terra natal. A mesma empresa estabeleceu sua própria administração, a fim de amenizar o impacto inicial das novas condições e evitar fracassos econômicos e os efeitos desintegradores [535] sobre a personalidade. A colônia foi dividida em distritos e subdivisões que permaneceram sob o controle das autoridades locais. Associações de jovens rapazes (*seinendan*) e jovens moças (*shojokai*) e locais especiais foram



organizados e se destinaram casas especiais para as reuniões. Os membros do *Seinendan* colaboraram no trabalho dos campos dos colonos que ficaram doentes, ajudaram os médicos a distribuir medicamentos e prevenir as epidemias e organizaram festivais e recepções. As mulheres jovens aprenderam costura e culinária. Os dois grupos tinham suas reuniões aos domingos.

Embora houvesse um número considerável de escolas públicas, a colônia também mantinha escolas japonesas. As associações de jovens e as escolas com professores japoneses foram, sem dúvida, as principais responsáveis pela manutenção da ordem moral tradicional e os sentimentos nacionais. Além dessas instituições, havia várias formas de assistência econômica mútua (*kumi*), cuja eficiência foi um pouco limitada.

Os administradores privados da colônia, junto com o cônsul japonês, exerceram grande influência moral sobre os colonos japoneses. A mera ameaça de exposição tem sido suficiente para evitar problemas entre os japoneses e os brasileiros. A principal sanção aplicada aos infratores era a deportação para a pátria. Desde o início da colonização até o presente momento, o comportamento criminoso entre os colonos do Vale do Ribeira tem sido quase inexistente.

Com a grande transformação da política de assimilação do governo brasileiro em 1938, todas as instituições mencionadas não puderam funcionar mais. No entanto, as acomodações nos níveis econômico e moral já haviam se operado sem graves crises pessoais, de modo que a desintegração dessas instituições parece não ter tido consequências desastrosas para os colonos; além disso, deve-se notar que a imigração para o Vale do Ribeira havia cessado [536] alguns anos antes da mudança da política de assimilação do governo. Assim, o equilíbrio já estabelecido quase não foi perturbado.

As medidas legais das autoridades brasileiras foram reforçadas pelo controle exercido sobre a imprensa dos imigrantes, que, antes de 1938, tinha se beneficiado de liberdade quase completa. Após essa data, o governo estabeleceu restrições que foram gradualmente aumentadas, até que a publicação de qualquer periódico em língua estrangeira fosse proibida.

*Religião.* Já foi mencionado que os imigrantes japoneses, antes de deixarem sua terra natal, prometeram desistir de suas formas próprias de culto público. Por essa razão, nenhum santuário xintoísta ou templo budista é encontrado em todo o Vale do Ribeira. Apenas algumas casas ainda têm *tokonoma* e *butsudan*. Os símbolos religiosos, tais como amuletos, pergaminhos de imagens ou estátuas de divindades xintoístas ou budistas, são raros. Em maior grau, no entanto, ainda existem influências orientais no cemitério de Registro. O culto aos antepassados

exige cerimônias fúnebres especiais, e a única função do sacerdote budista é realizar essas cerimônias.

Os japoneses que foram batizados receberam um nome cristão de origem portuguesa, além do nome japonês. Muitos filhos de japoneses católicos nascidos no Brasil já não recebem pré-nomes japoneses.

Em Katsura, todos os habitantes são católicos, e somente entre as pessoas mais velhas ainda é possível encontrar, como um informante expressou, “um pouco de budismo”. Na casa de um colono de sessenta anos dessa vila, um *butsudan* foi visto pendurado na parede do quarto. Era uma prateleira onde estavam uma estátua da Virgem e duas tabuletas de ancestrais. Na parede, havia um crucifixo com um rosário e nove imagens de santos.

A maioria dos japoneses trabalha aos domingos e em feriados [537] cristãos, sendo observados apenas uns poucos feriados japoneses – o dia de Ano Novo e o aniversário do Imperador.

*Atividades recreativas.* Os filhos de imigrantes aprenderam todos os jogos que são comuns entre as crianças brasileiras. No entanto, existe um jogo japonês (o *kaice* ou *kaicem*) que agora é jogado por todos os brasileiros, bem como pelos japoneses. *Go*, o conhecido jogo japonês, também é jogado em Registro. No entanto, o futebol, esporte nacional do Brasil, não foi adotado pelos imigrantes japoneses e seus descendentes. A geração nascida no Brasil ainda prefere o beisebol, que, trazido para o Brasil, juntamente com todos os seus termos técnicos, foi originalmente adotado pelos japoneses a partir dos Estados Unidos. Como o beisebol é jogado apenas por japoneses, ele tende a isolá-los. Por outro lado, o futebol, que tem sido amplamente aceito pelas outras minorias étnicas, coloca-os em frequente contato com os times brasileiros e estimula, em uma dimensão considerável, a assimilação.

*Idioma.* Jornais, revistas e livros, impressos na terra natal ou no Brasil, têm contribuído para a preservação da língua japonesa no Vale do Ribeira. Parece que não há analfabetismo entre os imigrantes, e até a família mais pobre possui uma pequena estante com algumas revistas e livros.

A geração mais velha nascida no Japão fala pouco ou mesmo não fala português, e as pessoas mais jovens que cresceram no Japão têm sérias dificuldades fonéticas e gramaticais, mesmo depois de estarem no Brasil por muitos anos. O grupo dos vinte aos trinta anos de idade, dos quais a maioria nasceu no Brasil, não difere dos brasileiros nesse aspecto. Frequentemente foram observados falando português uns com os outros. A utilização da língua portuguesa entre as crianças já foi mencionada. No entanto, as diferenças linguísticas entre as gerações não são as mesmas em toda a região.